

Agosto de 2017 - Ano XIII - www.aptafurg.org.br



# SINDICATO NA LUTA



## MAIS MALDADES

Temer lança PDV para o funcionalismo aumentando o sucateamento no serviço público

g ê n e r o

# GÊNERO, SEXUALIDADE, O COTIDIANO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE PENSAR



*Claudia Penalvo*



*Marcio Rodrigo Vale Caetano*

*Pesquisadores/as do Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas*

Desde 1928 a legislação brasileira prevê a educação sexual na escola, porém com característica higienista. Apesar de todo um trabalho realizado desde a efervescência dos anos de abertura política e do surgimento da epidemia de Aids, que trouxeram avanços em discussões sobre os temas gênero e sexualidade, a sociedade acabou por se organizar em torno de políticas identitárias, o que levou a um entendimento que reforça a compreensão binária dessas identidades. Assim, há necessidade de questionar a centralidade dessa identidade fixa que reforça a ideia de homem universal: branco, proprietário e judaico-cristão e essa figura só existe no sistema heteronormativo.

Ao fazermos o questionamento da centralidade, estamos desconstruindo os excêntricos, ou aqueles que estão fora do centro: o/a homossexual, negros, mulheres etc. Portanto, é preciso reconhecer que o foco em um grupo específico pode ofuscar as causas estruturais das desvantagens de muitos outros grupos em posição subalterna na sociedade. A redução ou simplificação da homossexualidade como um estilo de vida, por exemplo, ou a uma identidade pré-fabricada, também pode colaborar para acomodar as lutas da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) ao status quo. Com isso, se perde o potencial político de enfrentamento da opressão e da dominação. Aqui, o que está em jogo é o fato de que o entendimento sobre os modos de ser e estar no mundo de forma alternativa pode restringir o alcance das transformações desejadas e esvaziar o sentido político, de transformação coletiva.

A partir do entendimento de que a sexualidade não existe fora da experiência, fora de uma história e fora de uma cultura e de uma sociedade, não faz sentido pensar sexo e sexualidade fora desse contexto maior. Pois a produção desse entendimento é política, a partir de um jogo de verdades. É preciso reconhecer a com-

plexidade do ser e a pluralidade dos saberes para ajudar a construir uma nova cultura política que tenha como premissa o reconhecimento da diferença. Reconhecer a diferença articulando com respeito de valores universais, buscando fazer frente a um sistema que busca a homogeneização através da domesticação de mentes e corpos.

Deborah Britzman (2013) afirma que o direito à liberdade de exercer a sexualidade se compõe de pequenas ações cotidianas, mas de profundo significado na organização sociopolítica da democracia: o direito a possibilidade de se inventar, o direito a elaborar e executar o que lhe dar prazer e constituir de forma singular o modo de estar no mundo, o direito a dignidade e a informações adequadas às necessidades de construção das experiências, a formulação de infinitas perguntas e a obtenção de perguntas como respostas, a adesão ao que socialmente lhe fascina, a curiosidade sobre o desconhecido e, sobretudo, o direito de amar e, com o amor, transformar os dogmas do mundo. Essa autora insiste em afirmar que a conduta sexual é uma prática e, ao tentarmos fixar identidades sexuais, acabamos por não compreender essa premissa. A conquista dos

direitos exige condições básicas de vida e estão diretamente atravessadas pela cidadania: comida, roupa, moradia, educação, saúde, democracia, prazer, liberdade, autoestima e satisfação. Como advertiu Jeffrey Weeks:

[...] una democracia sexual necesariamente implica un proceso más amplio de democratización en que se dismantelen definitivamente las barreras que restringen el potencial y el crecimiento individuales: las barreras de explotación económica y divisiones de clase, opresión racial y desigualdades de género, autoritarismo moral y desventaja educativa, pobreza e inseguridad. Esto no implica que desaparecerán o deberían desaparecer las dificultades reales, las divisiones reales de necesidades e intereses, los conflictos reales de prioridad e de deseo. Al contrario, la meta debería ser lograr el máximo de medios por los cuales estas diferencias y conflictos pueden resolver-

se democráticamente (WEEKS, 1998, p. 121-122).

Entender de forma mais ampla a realidade da educação pública no Brasil e no mundo também faz parte da promoção de uma escola que busque autonomia e cidadania e, consequentemente, do combate ao sexismo e à homofobia. Mas essa posição precisa estar fundamentada em estudos, em participação da comunidade escolar e em diálogo constante para a construção de uma escola democrática e inclusiva de todos os saberes que compõem a sociedade.

Importante lembrar que ao discutir gênero precisamos discutir racismo, classismo etc., porque são fios enredados, engendrados que sustentam uma lógica de exclusão, de estigma e de preconceito. Pensar para que se possa entender que a homofobia, (junto com racismo e sexismo), enquanto processo que se sustenta na construção social do gênero e na regulamentação social dos usos do corpo para o prazer sexual, precisa ser desnaturalizada e merece ser tratada no coletivo de forma a enfraquecer condutas sexistas e homofóbicas, nos levando a uma sociedade capaz de reverter a lógica de produção binária e hierárquica de vidas.

Ao longo dessa discussão podemos perceber o quanto a dimensão política da vida se faz presente na construção dos conceitos apresentados pelas/os autoras e autores em cena. Apontam para a necessidade histórica de alavancarmos lutas em favor da produção da diferença de si e do outro. Essas lutas trazem problematização sobre a organização social existente e, também, sobre o que pode vir a ser construído. É necessário, então, que se faça presente uma ação política, ou seja, irmos além da investigação dos modos de viver e imprimirmos o produto das invenções subjetivas no cotidiano das relações sociais. No caso, nas relações sociais na escola. Cabendo a complexa tarefa de acolher a diferença como parte integrante da vida. Entendendo diferença a partir da qual o outro, em diferencia-

ção e na dimensão mais viva, possa existir sem ser reduzido a um executor de normas universalizadas. Isso implica entender a subjetividade, os modos de subjetivação e o sujeito como construções que não se fecham em entidade pacífica. A experiência da desestabilização, sistematicamente repetida ao longo de toda existência, é efeito de um processo que nunca cessa e que faz da subjetividade sempre um outro, um si e não si ao mesmo tempo. E isso tem tudo a ver com ética.

Nessa linha de pensamento, a transversalidade é o oxigênio para manter vivo o humano. Quanto mais investimos nesta transversalidade, de braços dados com o trágico e envolvendo-nos com a cultura, maior o rigor e o vigor de nossa produção. Ir contra a lógica binária, que nos coloca em um lugar de submissão ao outro através do controle e da dependência, é ir contra “uma forma de poder que subjuga e submete”, segundo Guacira Lopes Louro (2000). A professora faz referência às práticas pedagógicas feministas, as quais entendem o público com limites amplos, incluindo escolhas, sexualidade, vida familiar, pois tudo isso é do âmbito do político, indo além do privado. Afirma, ainda, que é preciso problematizar a constituição dos polos, podendo subverter o pensamento... o conhecimento, o currículo... a escola. Buscarmos por um novo conceito de sujeito, mas que esteja repleto de realidades. E, conhecendo os arranjos e os jogos, podemos desarticulá-los ou desconstruí-los. Viver no permanente trabalho político, promovendo a crítica radical e a insurreição constante, as pequenas revoltas diárias.

#### REFERÊNCIAS:

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 83-111.

LOURO, Guacira L. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000. 111 p.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOURO, Guacira L. (org.). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 35-81.

# e d i t o r i a l

# AFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA E RUMOS DO SINDICATO

O presente jornal “Sindicato na Luta”, primeira edição pós eleição da nova coordenação do sindicato, traz alguns temas relevantes para a categoria dos técnicos administrativos em educação.

Em primeiro lugar queremos parabenizar a categoria, como um todo, pelo processo eleitoral. Mais uma vez se comprovou que, quando se estabelece um debate democrático entre visões diferenciadas sobre concepções sindicais, a resultante é a afirmação da democracia. Importante registrar de que a nova composição da Coordenação da APTAFURG/Sindicato, tem a presença das duas chapas que disputaram o processo, face ao dispositivo estatutário que garante a presença das minorias que se apresentam no processo eleitoral (garantido pátamar eleitoral mínimo), materializando na prática o processo democrático garantido estatutariamente.

A nova coordenação, por consequência, mais uma vez terá que enfrentar o desafio de estabelecer relações positivas, entre duas visões de movimento sindical diferenciadas. É a partir dessa forma que se constrói a síntese democrática, absorvendo posições diferenciadas e buscando um pátamar que possa acomodar essas mesmas posições.

A primeira consequência desse processo é justamente o que ocorreu na primeira assembleia da nova coordena-

ção em relação a escolha do novo conselho fiscal. O mesmo é formado por três titulares e três suplentes; portanto, a categoria precisava ofertar seis nomes para compor o mesmo. No entanto 13 nomes foram apresentados para a construção desse Conselho. Dos 13 foram escolhidos 6 – entre titulares e suplentes. O processo se deu em uma votação histórica em relação a participação (em momentos anteriores sempre houve a dificuldade de encontrar nomes dispostos a trabalharem no conselho fiscal). Uma votação rigorosamente democrática.

Dito isso, e já imbuída de uma enorme legitimidade política, a nova coordenação tem à sua frente um enorme desafio, qual seja: mobilizar a categoria para o enfrentamento de dois ataques muito específicos que visam desmontar o serviço público no Brasil. O primeiro trata-se do Programa de Demissão Voluntária (PDV), emitido pela Medida Provisória 792/2017, e pelo projeto de Lei Complementar do Senado Federal que regulamenta a demissão no serviço público, previsto no artigo 41, parágrafo 1º., inciso III, da Constituição Federal.

Para além do congelamento dos salários por 20 anos, e do próprio orçamento público da União, esses dois ataques miram diretamente na ideia de redução do Estado a partir da demissão voluntária, ou não, das servidoras e servidores públicos. A nova

Coordenação do Sindicato precisa encontrar uma forma capaz de construir um processo de resistência em defesa das Instituições de Ensino Superior, em particular, e do Estado brasileiro, em geral. É um enorme desafio, uma tarefa gigantesca, construir a defesa do serviço público, em uma conjuntura neoliberal. Evidente, pensamos que deve, necessariamente, passar pela unificação da própria categoria técnico administrativa em educação em direção às demais categorias da área pública e privada. Este Sindicato já vem construindo de forma exemplar a Frente Brasil Popular na cidade do Rio Grande; construindo uma unidade dos trabalhadores e trabalhadoras das diversas categorias, públicas e privadas, dentro de uma articulação de resistência na cidade. O exemplo disto foram as greves gerais do último período.

Dizemos isto para registrar que embora o desafio seja enorme, a APTAFURG/Sindicato, no processo eleitoral saiu profundamente fortalecida; portanto, com legitimidade e capacidade de não só continuar construindo a Frente Brasil Popular, mas também ajudar numa política de ampliação do Campo Democrático e Popular na, e para além, da cidade do Rio Grande.

Dito isto, precisamos também registrar nossa indignação com a votação no Congresso Nacional da “absol-

vição” do Governo Federal Golpista que, contando com os votos da bancada gaúcha (nomes expostos nesse jornal), expôs de forma incontestante qual foi o real motivo da destituição da Presidenta Dilma. A consequência do que ocorreu no dia 3 de agosto em que o Presidente Golpista Michel Temer escancaradamente deramou vultuosos recursos orçamentários e financeiros para garantir sua permanência no poder, são nefastas a sociedade brasileira. Ou seja, do ponto de vista político o que ficou evidente foi o aprofundamento do Golpe de Estado no Brasil. A “vitória” do presidente golpista aponta para a consolidação do Estado de Exceção (Golpe), o que significa dizer, portanto, que os desafios para a construção do processo de resistência ao golpe se tornaram maiores.

Por conseguinte, mais uma vez, registramos que diante do agravamento da conjuntura (maior consolidação do Golpe de Estado) a resultante do processo eleitoral para a nova coordenação, se torna de grande importância, como já dito anteriormente. Encerramos dizendo: parabéns para nova Coordenação Sindical da APTAFURG/Sindicato, e todos e todas à resistência. A luta deve continuar.

Conselho fiscal

# APTAFURG TEM NOVA COORDENAÇÃO

Nos dias 4 e 5 de julho aconteceram as eleições para a nova coordenação do Sindicato, para o biênio 2017/2019. Participaram do pleito duas chapas: Renova APTAFURG e Resistir: Por nenhum direito a menos. Após uma grande campanha pelo voto e dois debates o resultado foi 168 votos para a Chapa Renova e 308 para a Resistir, o que significou pelo regime de proporcionalidade, que faz parte do Regimento do Sindicato, as duas chapas tiveram representantes na nova coordenação. A Renova ficou com 5 representantes e 1 suplentes e a Resistir com 8 e 2 suplentes.

**CHAPA 1 - RESISTIR: 308 VOTOS (64,71%)**  
**CHAPA 2 - RENOVA: 168 VOTOS (35,29%)**  
**VOTOS EM BRANCO: 5 VOTOS (1,05%)**  
**VOTOS NULOS: 8 VOTOS (1,68%)**  
**TOTAL: 489 VOTOS**

## ATUAL COMPOSIÇÃO:

### COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



ALBERTO CAMPOS

CELSO LUIS SÁ  
CARVALHOMARCO ANTÔNIO  
PEÇANHA

### COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL

ANA FURLONG  
ANTOCHEVIMARIA DA GRAÇA  
AMARAL

PAULO DIECKEL

### COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA



JORGE MELLO

MARIA DE LOURDES  
LOSE

ZULEMA HERNANDES

### COORDENAÇÃO JURÍDICA E PATRIMONIAL



BERENICE BARCELOS



RAFAEL MISSIUNAS

### COORDENAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER



ALESSANDRO EBERSOL



GINO POHLMANN

### SUPLENTES



CAROLINE SEGOVIA



DENISE GIESTA



NILSON MARQUES

# TEMER PLANEJA REDUZIR BENEFÍCIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS DO EXECUTIVO E AUMENTAR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A saga de ataques do governo federal ao funcionalismo público não tem fim. Nesta manhã, 28, o Estadão publicou que o presidente Michel Temer planeja reduzir benefícios de servidores do Executivo. Em notícia veiculada no Globo, o governo estuda aumentar a contribuição previdenciária do servidor público de 11% para 14%, e em agosto Temer vai decidir se o reajuste dos funcionários públicos será adiado. A desculpa é a mesma de sempre, reduzir despesas e melhorar o resultado fiscal para 2018.

## Teto constitucional

As carreiras do funcionalismo que ganham acima do teto constitucional (R\$ 33,763 mil) estão no Legislativo e Judiciário. Segundo a Federação, o governo tenta utilizar o falso argumento de que os altos salários do Executivo extrapolam o teto constitucional, para reduzir os benefícios.

O piso da carreira dos trabalhadores técnico-administrativos em educação é R\$1.326,72 e o teto R\$ 8.323,87, muito abaixo do teto constitucional. “O governo está tentando arrumar um argumento falso pra enganar a opinião pública e a partir disso reduzir o valor dos benefícios de mais de meio milhão de trabalhadores”.

Segundo a FASUBRA, as demais carreiras do Executivo não tem valores de vencimentos para com-

parar nem de longe ao teto estabelecido constitucionalmente. “A carreira dos trabalhadores da Seguridade, da Previdência, o Carreirão que é do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) do conjunto dos ministérios, todos eles tem um teto salarial muito abaixo desse valor”.

## Benefícios

Atualmente, o auxílio-alimentação de um servidor do Senado Federal é de R\$ 924,16, assistência pré-escolar R\$ 782,01. Já no STF, o auxílio alimentação é de R\$ 884,00, auxílio pré-escolar R\$ 699,00. Os auxílios do Legislativo e Judiciário são maiores, porém, o governo argumenta que não tem autonomia para propor mudanças nas regras de outros Poderes.

Os trabalhadores técnico-administrativos recebem R\$ 458,00 de auxílio-alimentação e R\$ 321,00 de auxílio pré-escolar. A FASUBRA afirma que, “se o governo aponta que o problema de estourar o teto está no Legislativo e Judiciário, não é subtraindo o valor dos benefícios do Executivo que vai consertar isso”.

## Terrorismo

De acordo com a FASUBRA, o governo tenta criar um clima de terrorismo, buscando uma pauta permanente de retirada de direitos, para gerar um sentimento de conformismo nos trabalhadores com

relação a esse nível de exploração.

## Remuneração de banqueiros

“É importante destacar que não somos os culpados por essa crise, o governo já destinou esse ano mais de R\$ 641 bi para pagar juros da dívida, ou seja, está cada vez mais sangrando os servidores públicos para conseguir manter a remuneração dos banqueiros”, segundo a Federação.

Segundo estudos da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), o governo concede privilégios às corporações empresariais há 17 anos. Foram 31 programas de refinanciamento de dívidas, que se acumulam. Em audiência pública sobre a Medida Provisória que trata do refinanciamento de dívidas tributárias, a Anfip criticou o governo por usar programas de refinanciamento como moeda de troca para a aprovação das reformas. Mesmo assim, a MP foi publicada no final de junho.

## Auxílio Transporte

A definição dos valores do auxílio transporte é estabelecido em lei, “é um absurdo que o governo queira pagar abaixo do que está estabelecido, o mínimo deve ser assegurado para o deslocamento ao trabalho diariamente”, de acordo com a FASUBRA.

## Previdência

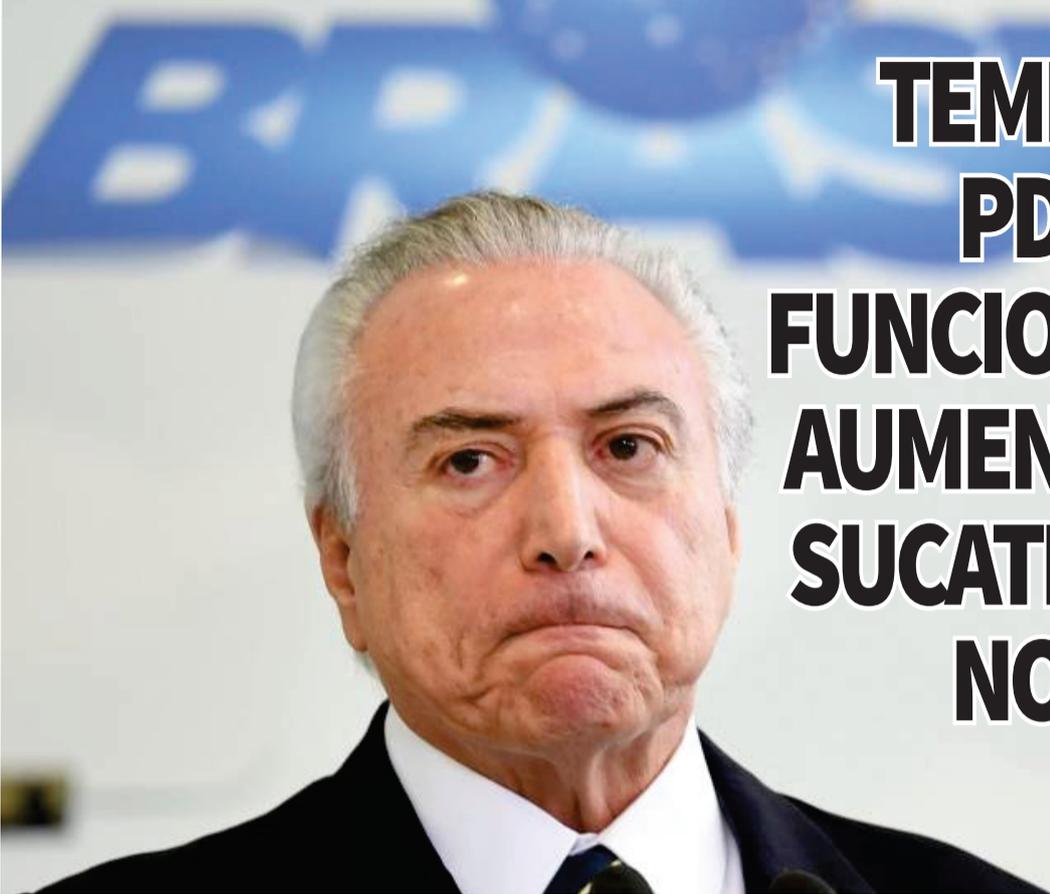
A FASUBRA critica a possibilida-

de de aumento da contribuição previdenciária. “Essa medida não vem sozinha, quando o governo fala em aumentar a alíquota de desconto da Seguridade Social, isso aumento os descontos no contracheque do trabalhador, que vai receber líquido no final do mês um valor cada vez menor”.

O relatório sobre os trabalhos da CPI da Previdência apontou que a Previdência brasileira é superavitária. Os setores do patronato arrecadam cerca de R\$ 25 bi do trabalhador por ano e não repassam à Previdência, configurando propensão indébita, crime.

Há uma dívida acumulada de grandes bancos e empresas, como Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Banco do Brasil, montadoras de automóveis, e a JBS, que ultrapassa mais de R\$ 500 bilhões de reais, de acordo com o relatório. Porém, o governo ignora os fatos.

Para a FASUBRA, o governo não tem coragem de dizer que quer reduzir o salário dos trabalhadores, “e nós não vamos aceitar isso. Ao contrário, o governo não aceita sequer negociar a Campanha Salarial de 2017, inclusive cometendo crime de responsabilidade, denunciado na matéria de ontem no site da Federação e agora vai além, quer retirar salário de trabalhadores”.



# TEMER LANÇA PDV PARA O FUNCIONALISMO AUMENTANDO O SUCATEAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO

O governo federal ilegítimo de Michel Temer causou espanto no funcionalismo público após anunciar um Programa de Demissão Voluntária (PDV) e redução de salário e jornada de servidores públicos federais.

O governo pretende oficializar o anúncio por meio de medida provisória (MP) e a intenção é atingir cerca de cinco mil servidores. A proposta também é implementar a redução de jornada de trabalho, de 8h diárias para 6h ou 4h, com redução do salário. Assim, os servidores podem optar trabalhar 40h, 30h ou 20h semanais.

A desculpa do governo é a mesma, racionalizar gastos públicos e proporcionar crescimento econô-

mico. De acordo com a FASUBRA, a situação atual já é crítica na prestação de serviços públicos à população, em especial na saúde e educação. "Ao invés de priorizar a auditoria da dívida pública e combater a corrupção, o governo mais uma vez responsabiliza os trabalhadores pela crise, agora culpabilizando os servidores concursados".

Enquanto isso, os recursos para assegurar a remuneração dos detentores dos títulos da dívida pública só aumenta, seja para agradar a base parlamentar do governo, seja para aprovar as reformas anti-populares. Ou seja, Temer mantém a tentativa de evitar seu afastamento, em decorrência das denúncias por envolvimento em corrupção e propinas.

Nos termos do neoliberalismo, a lógica segue o processo de desmonte do serviço público atacado em todas as lacunas, pelas reformas fiscal (EC 95/16), trabalhista (PLC 38/17) e a Terceirização já aprovadas. Também por meio de algumas reformas em curso, como da Previdência (PEC 257/16) que tramita na Câmara dos Deputados, com previsão para concluir a votação até o final de agosto. De quebra, as políticas públicas e o bem estar social dá lugar ao mercado financeiro e pagamento da dívida pública, que segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2017 está crescendo cerca de R\$ 100 bilhões ao mês, atingindo R\$ 4,727 trilhões em março.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

### PRESIDENTE DA CPI DA PREVIDÊNCIA DIZ QUE NÃO HÁ DÉFICIT E CULPA DEVEDORES

A Previdência Social brasileira não é deficitária. A afirmação é do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS). "Setores do patronato arrecadam, por ano, em torno de R\$25 bilhões do bolso do trabalhador e não repassam à Previdência", denunciou, na última sessão do colegiado antes do recesso parlamentar, previsto para ocorrer de 18 a 31 de julho.

Ainda segundo Paim, ao final dos trabalhos a comissão vai mostrar que o rombo na Previdência está diretamente ligado a uma dívida acumulada de grandes bancos, empresas e grandes montadoras, que ultrapassa R\$ 500 bilhões.

Com encerramento dos trabalhos previsto para 8 de setembro, o relator da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), já adiantou que pedirá a prorrogação dos trabalhos para preparar um relatório mais "completo e propositivo". O documento, adiantou o senador, deverá propor medidas para mudar a Previdência Social, como um combate mais efetivo à inadimplência. "Não é possível convivermos com os grandes devedores não pagando a Previdência", disse.

Desde 26 de abril, quando começou, até hoje, foram realizadas 22 reuniões, 18 audiências públicas com cerca de 90 pessoas entre especialistas do governo, sindicatos e sociedade civil.

## ENTENDA

O PDV propõe, entre outras medidas, indenização correspondente a 125% da remuneração do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício. A forma de pagamento dessa indenização será definida pelo Ministério do Planejamento e poderá ser feita de uma só vez ou em parcelas.

De acordo com a MP, em seu artigo 19, "a indenização do PDV e o incentivo da licença sem remuneração não estarão sujeitos à incidência de contribuição para o regime próprio de previdência do servidor público, nem para o regime de previdência complementar dos servidores públicos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional", também não incidirá sobre a indenização o Imposto de Renda.

O programa também prevê a possibilidade de redução de jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 semanais para 6 ou 4 horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre o total da remuneração. Como incentivo à redução da jornada, o governo oferece o pagamento adicional correspondente a meia

hora diária.

O servidor que trabalhar em horário reduzido poderá, no período em que não estiver a serviço da administração pública, exercer outra atividade, pública ou privada, desde que não haja conflito de interesses entre as duas atividades.

### Licença sem remuneração

Outra possibilidade aberta pelo governo é a licença incentivada sem remuneração. Nesse caso, o servidor tira uma licença não remunerada de três anos, prorrogáveis, por igual período e recebe um valor correspondente a três vezes seu salário. A prorrogação da licença poderá ser a pedido do servidor ou por interesse do serviço público.

Não será concedida a licença incentivada aos servidores que se encontrem regularmente licenciados ou afastados, ou àqueles que retornarem antes de decorrido o restante do prazo estabelecido no ato de concessão da licença para tratar de interesses particulares, diz a MP.

j u r í d i c o

**SERVIDORES QUE GANHAM  
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE  
POR DECISÃO JUDICIAL –  
DIREITO À ATUALIZAÇÃO  
CONFORME REAJUSTES  
NA CARREIRA**

Os servidores que trabalham em contato com agentes prejudiciais à saúde possuem direito a receber o chamado adicional de insalubridade. O direito deve ser postulado em primeiro momento na via administrativa, na qual a FURG irá averiguar os agentes e o adicional devido ao servidor (5%, 10% ou 20%) sobre o vencimento básico. Caso o servidor tenha negado o seu direito pela Universidade, é possível discutir o tema no Poder Judiciário, que determinará a realização de perícia no local de trabalho. Diversos técnicos possuem em seu contracheque rubrica chamada DECISÃO JUD TRANS JUG, relativo ao adicional de insalubridade, possivelmente porque certa vez tiveram negado o seu direito pela FURG e optaram por ingressar na justiça. Ocorre que com o passar do tempo e os reajustes da carreira, o valor pago pela rubrica fica defasado, ou seja, não corresponde mais a porcentagem (5%, 10% ou 20%) sobre o vencimento básico. Fica, a bem da verdade, abaixo do que deveria ser pago. Isto ocorre pois a Universidade cadastra a rubrica em seu sistema como um valor fixo, não acompanhando os reajustes decorrentes das reestruturações da carreira ocorridos anualmente (por vezes, mais de uma vez por ano). Necessário, portanto, a intervenção judicial para que seja determinado, em primeira análise, a atualização do adicional, com o posterior pagamento de parcelas atrasadas. Em resumo, é direito do servidor público federal ter atualizado o adicional de insalubridade pago por força de decisão judicial (DECISÃO JUD TRAN JUG) sempre que houver reajustes na carreira, já que representa um percentual sobre o vencimento básico. A APTAFURG, através de sua assessoria jurídica, vem promovendo ações nesse sentido. Para maiores informações a assessoria jurídica da Aptafurg atende na sede do sindicato as segundas e quartas pela manhã.

**JUSTIÇA FEDERAL DECIDE QUE  
NÃO HÁ PSS EM APH**

Decisões do Supremo Tribunal Federal já vinham afirmando que para aqueles que possuem direito a aposentadoria integral (pelo último salário), somente as parcelas incorporáveis ao salário de aposentadoria do servidor podem sofrer a incidência do desconto de previdência.

Em razão disso, através da assessoria jurídica da APTAFURG, os servidores da Universidade Federal do Rio Grande que realizam PLANTÃO HOSPITALAR passaram a ingressar com ações judiciais para não terem mais em seus contracheques o desconto de previdência sobre a parcela do Adicional de Plantão Hospitalar – APH.

Pois recentemente o juízo de Rio Grande deu razão aos servidores, determinando o término dos referidos descontos e a devolução dos valores dos últimos 5 (cinco) anos.

Em resumo, afirmou o Poder Judiciário: “Considerando que por determinação legal não será incluído o Adicional por Plantão Hospitalar (APH) na base de cálculo para pagamento dos proventos da aposentadoria, não deve sobre tal adicional incidir a contribuição previdenciária”.

Da decisão de primeira instância cabe recurso da Universidade.



# Tempo presente

**DANIEL BAZ**

Daniel Baz é professor do IFRS e autor do livro de poemas "Antes que o mundo aconteça" (2016).  
E-mail: dbazdossantos@yahoo.com



## A VIDA DEPOIS DO GOLPE

O golpe não tem cheiro. Ainda que sejam inconfundíveis os odores dos corpos que se amontoam nos coletivos, os aromas incompletos do café tomado às pressas, o sono perfumando a fome, a fome perfumando a sede. E é impossível encarar com apatia, dia após dia, esta pestilência tão precisa, porque há muitas formas para um corpo pedir socorro, além da velhice, e uma é esta: de estar metido em um moletom velho, sujo de tinta de paredes, exalando a fragrância automática das tintas que cobrem muito mais do que paredes; de estar com as meias furadas há anos e a expelir o fedor dos pés e de sabão em pó barato. Há muitas maneiras de um corpo pedir ajuda, além das erupções e dores, e uma é esta: de andar com a camisa suada, aninhada no peito pelo próprio cansaço; de estar atrasado para tudo, para o trabalho, para os compromissos de família, para acertar as contas do mês e emanar um bafo aprendido desde a infância, diante do corpo dos pais exaustos ao sofá, o cigarro, a cachaça, o feijão no fogo, um Band-Aid sujo a desestimar olores frescos de liberdade; de vagar sob um céu mal remendado que fareja sonhos mortos.

O golpe não tem som. Ainda que seja possível ouvir as palavras de ódio, os monossílabos do medo, as oxítonas da fé. E o tinir de vidros dentro das bocas, o matraquear de horas mornas nos pelos, as mãos rugindo o calor da última traição. Ainda que a tarde flácida esteja cheia de alarmes que ressoam em sobrados herméticos, em carros abandonados pelas esquinas, no vento que confunde cabelos e arames, no ranger de ossos que, somente agora, percebemos que temos e que são gelados como grades. Do fundo das avenidas, cresce um estampido espantoso. Telefones arfam nas bolsas, furadeiras escamam portas, cães reaprendem a dor, sirenes se despalam

como estrofes, e há em tudo um anseio de ser ouvido, e ressoa, em cada campainha que vibra, em cada aprendizagem rouca das árvores, em cada pássaro que grasna afaimado, uma ética de denúncia. Nos ofendemos com estridência nos supermercados, gritamos obscenidades nos becos, amaldiçoamos os motoristas de autoescola, como uma forma de combater a verdade, a irredutível verdade silenciosa.

O golpe não tem sabor. Ainda que as línguas nunca tenham sido tão lúcidas para o acre e tão longas para o amargo. E nunca houve tanta gente para tantos sabores, e, por isso, nunca foi tão fácil confundir as bocas. Nos perguntamos, entre os lábios, o que é salgado e o que é palavra? O que é o doce de um caramelo de armazém e o que é a voz natimorta entre dentes? Não, o golpe não tem sabor, mas não há nas ruas quem não lamba indiferente o sangue grosso dos pobres, ou quem não mastigue pastéis de padaria de boca aberta, como se rememorasse o saibo das mentiras de internet, ou quem não trague no chorume das gengivas as sobras vegetais de um susto.

O golpe não tem textura. Ainda que tudo se resuma à mesma pele curtida a sal e grito. Ainda que seja possível perceber o relevo irregular da multidão desesperançada e séria. Uma severidade de quem possa ter perdido as chaves, de quem possa ter perdido o jogo, de quem possa ter perdido um filho, de quem alucina ainda a maciez de um verão antigo, pois os verões de agora parecem importados, artificiais e abafados como um velho veludo. E os novos líquidos ou afogam ou derramam. E os gases nos fazem chorar e o resto é mofo. E há uma erosão a escarpar o dia, o queijo sobre a mesa, as mãos sobre o colo, as estrelas em tocaia. Os objetos esperam resignados o milagre de serem novamente úteis. Reaprendemos a solidão, cercados

de utensílios acetinados pelo desuso.

O golpe não tem imagem. A não ser essa nódoa opaca que nos une. Mas caminhamos muito tímidos, com toda a culpa e com todo o zelo. E sabemos que a roupa que vestimos não é a adequada, mas como estar vestido adequadamente para o degredo? Como trajar-se bem para o desespero, para a agressão policial, para segurar o gemido na 3X4 inútil? Caminhamos sem equilíbrio, pois no bolso direito trazemos um celular sem créditos, e, no esquerdo, uma despenteada escova de dentes. E temos o peso da galáxia a se expandir e dos sentimentos que não nomeamos e de estarmos preparados para a exploração, mas não para a morte. E de sermos tão cegos quanto melancólicos, pois o golpe não tem imagem. A não ser, é claro, as cores tóxicas dos ídolos, dos fetiches, das cortinas fechadas no quinquagésimo andar, das flores enrugadas, mais frias que os vasos, da palidez que conquista a porcelana dos olhos. Nada mais se vê se pelas janelas, espessas como qualquer muro. Nada poderemos fazer com essa ternura treinada nos espelhos, no saque diário que nos tira o de comer e o de sonhar.

Não, o golpe não tem nada. Nada com que possamos repovoar o intelecto ou a memória. Assentou-se aqui, no que parece ser o campo largo do jejum do tempo, e nos ouve, nos cheira, nos saboreia, nos toca, nos vê. Mas não tem nada. A não ser, talvez, a matemática redutora e cívica, a gramática de cuspe e vogais escuras, a luz cardíaca e fria como ouro, a estátua das águas, o contágio do fogo e uma inconfundível falta de imaginação para a derrota. Sim, uma absoluta falta de imaginação para a derrota. A total inaptidão para acreditar em tudo que seremos.

(Crônica escrita em 10/05/2017)

# LEMBRE-SE DELES

Deputados gaúchos que votaram pelo arquivamento da denúncia do Governo Temer  
Estes foram os deputados federais da bancada do Rio Grande do Sul que votaram pelo arquivamento da denúncia contra o Presidente Golpista Michel Temer por corrupção passiva. Lembre deles nas próximas eleições, pois votaram contra você!!!



deputado  
**ALCEU MOREIRA**  
**PMDB**



deputado  
**CAJAR NARDES**  
**PR**



deputado  
**COVATTI FILHO**  
**PP**



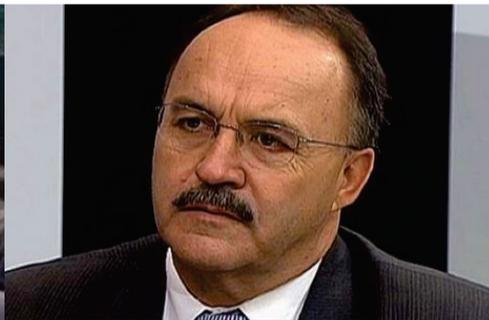
deputado  
**DARCÍSIO PERONDI**  
**PMDB**



deputado  
**JOSÉ FOGAÇA**  
**PMDB**



deputado  
**JOSÉ OTÁVIO GERMANO**  
**PP**



deputado  
**MAURO PEREIRA**  
**PMDB**



deputado  
**OSMAR TERRA**  
**PMDB**



deputado  
**RENATO MOLLING**  
**PP**



deputado  
**RONALDO NOGUEIRA**  
**PTB**



deputado  
**SÉRGIO MORAES**  
**PTB**



deputado  
**YEDA CRUSIUS**  
**PSDB**



**SINDICATO  
NA LUTA**

#### EXPEDIENTE

ENDEREÇO  
Rua Padre Nilo Gollo, 76,  
São Jorge, Rio Grande RS  
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417  
Email: aptafurg@vetorial.net

#### COORDENAÇÃO ADM E FINANCEIRA:

Alberto Campos  
Celso Luis Sá Carvalho  
Marco Antônio Peçanha

#### COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Jorge Mello  
Maria de Lourdes Lose  
Zulema Hernandes

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258  
Tel.: (53) 99458125 marcioliveira2000@yahoo.com.br

#### DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Casalettras  
contato@casaletras.com.br

#### TIRAGEM

1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.